

COMPROMISSO SOCIAL PELA CAUSA LGBT: ACTIVISMO E ACADEMIA

Liliana Rodrigues
Universidade do Minho
lrodrigues@psi.uminho.pt

RESUMO

Este artigo faz parte de uma reflexão que surgiu a partir de um debate realizado sobre Activismo LGBT e Academia, tendo por base a nossa experiência enquanto investigadores/as e activistas do movimento LGBT. Este debate propunha uma discussão sobre as potencialidades, possíveis conflitos e dificuldades do cruzamento entre estes dois campos de acção e de conhecimento, tendo em conta o nosso percurso pessoal e profissional. A proposta deste artigo é a de que ele seja claro na apresentação de argumentos que sustentem as potencialidades e/ou limitações de um activismo e de uma academia comprometida tendo por base a minha experiência enquanto activista LGBT e Feminista e pelo trabalho de investigação que desenvolvo na mesma área de acção e conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Activismo LGBT, academia, compromisso social, responsabilidade social, intersecção.

1. INTRODUÇÃO

A discussão em torno do activismo e da academia não é recente. No entanto cada vez mais vamos-nos deparando com dificuldades e conflitos que surgem aquando dessa intersecção. Importa, fundamentalmente, reconhecer as implicações de um activismo e de uma investigação comprometida. Apesar das limitações, dificuldades e conflitos que possam surgir da intersecção da participação em associações e do trabalho que desenvolvemos enquanto investigadores/as, existem também potencialidades. Essa co-existência possibilita-nos produzir ciência a partir do contexto dos seus significados, e dar os contributos da produção da ciência ao activismo. Mas será que poderemos criar fronteiras entre o activismo e a academia? Onde acaba o activismo e onde começa a academia? Será que essas fronteiras são claras? É preciso criar fronteiras?

Poderemos não delimitar fronteiras, mas precisamos de reconhecer e assumir as potencialidades e limitações de um activismo e de uma investigação implicada. É crucial fazer a gestão adequada de prioridades, de tempos de acção e produzir discursos situados. De seguida será apresentada uma reflexão mais precisa em torno do compromisso social implicado no activismo LGBT e na academia, tendo por base o meu trabalho de investigação na área de género e sexualidades e o activismo LGBT em que sou parte integrante.

2. COMPROMISSO SOCIAL

Estamos a viver uma época de grandes mudanças sociais, políticas e legislativas, de onde têm surgido novos direitos, no que toca às identidades sexuais. Uma conquista já alcançada em Portugal é a inclusão da orientação sexual no 13º Artigo da Constituição da República portuguesa – Princípio da Igualdade referindo que: “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” (Moreira, 2008, p. 15,16). Uma outra conquista é a aprovação da lei do casamento civil para pessoas do mesmo sexo, conseguida a 31 de Maio de 2010 (Lei n.º 9/2010).

No entanto, apesar das mudanças positivas ocorridas em Portugal no que diz respeito às pessoas LGBT, e da igualdade perante a lei, este grupo “minoritário” enfrenta ainda o preconceito e a exclusão em diferentes momentos da sua vida e em contextos diferenciados (Bell & Binnie, 2006; Cooper, 2006; Richardson, 2000; Johnson, 2002). De tal forma, que a luta pelos direitos LGBT não cessou e ainda muito trabalho há a desenvolver na academia.

O meu compromisso social na e pela luta dos direitos LGBT começou precisamente dentro da academia. A academia possibilitou-me conhecer uma realidade que estava longe do meu referencial, mas que passou a fazer parte dele. De tal forma que o meu interesse por conhecer e estudar essas pessoas me conduziu à formação e especialização que tenho hoje.

Actualmente trabalho no projecto “Cidadania Sexual das (Mulheres) Lésbicas em Portugal. Experiências de Discriminação e Possibilidades de Mudança”, onde estão a ser desenvolvidos estudos sobre mulheres lésbicas em três contextos centrais: saúde, política e educação. Neste trabalho se por um lado se pretende conhecer a vivência das mulheres lésbicas nestes contextos, por outro interessa conhecer os posicionamentos dos/as profissionais destes contextos face às lésbicas. Um dos resultados dos estudos em curso mostram que as pessoas não são apenas homens e mulheres de diferentes classes, raças, religiões, ideologias políticas, idades, orientação sexual, mas as suas interações podem provocar as mais diversas combinações enquanto pessoas, refutando a noção redutora e simplista de homem dominante e mulher dominada (Nogueira, in press; Louro, 1997). Neste sentido, este trabalho implicou e implica um compromisso com os valores de justiça social, de cidadania, de inclusão, assentes na produção de conhecimentos situados com recurso à interdisciplinaridade.

No entanto, apesar do meu envolvimento na academia, do meu trabalho enquanto investigadora, nunca abandonei o activismo, o associativismo. Continuo a desenvolver trabalho associativo na rede ex aequo e na UMAR. No activismo e na academia reconheci o impacto directo e a responsabilidade que tenho enquanto agente de mudança social. Reivindicar direitos não passa por uma luta apenas dos grupos oprimidos, mas de toda a sociedade, por

isso a causa, jamais será de uns/umas, mas de todos e todas. Incorporei esse princípio enquanto activista, mas também enquanto investigadora. Dessa forma assumo uma investigação comprometida e implicada. É por isso importante reconhecer que não somos ingénuos/as na investigação que produzimos e que ela está e estará sempre localizada. Não apenas porque o que produzimos está situado numa época e contexto histórico, mas também porque quem produz conhecimento, traz consigo as suas crenças, saberes, vivências e partilhas. Esta perspectiva que por um lado pode manifestar-se como uma limitação, podemos encontrar nela a potencialidade da investigação científica, reconhecendo que os conhecimentos que produzimos não são universalizantes, não são neutros, estando efectivamente implicados à e para a mudança do mundo.

Podem surgir conflitos que advêm desta co-existência de contextos de acção e intervenção. Esses conflitos podem criar mal-estar na própria investigação que produzimos e no activismo que participamos, por isso é fundamental fazer escolhas, gerir prioridades, tendo como pano de fundo o que efectivamente nos motiva. Apesar de continuar a acreditar que o activismo e a academia completam-se enquanto campos de acção e de produção de conhecimentos. As responsabilidades em produzir mudança social não se esgotam no activismo, é crucial estudar sobre o fenómeno de forma a produzir ciência. É conveniente por isso estar alerta sobre a ciência que produzimos. Tal como os movimentos sociais surgiram de forma a alcançar direitos iguais para todas as pessoas, que sobrevieram com a evolução da ciência e das sociedades, também a produção de conhecimentos aparece como instrumento para sustentar as lutas.

Partilho da perspectiva de mudar o mundo à luz do conhecimento e mudar o conhecimento à luz do mundo! Produzir investigação sobre Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros e Transexuais, sobre grupos oprimidos e sobre “desigualdades” sociais, permite-nos alcançar instrumentos para a mudança societal. Paralelamente, estar em contexto, partilhar das experiências do/a outro/a, aceder a elas através do diálogo, ajuda-nos a direccionar e redireccionar a nossa própria investigação. Potencializamos quer o activismo, quer a investigação, reconhecendo que existem limites, que teremos ganhos e perdas e que o conhecimento produzido não se encontra separado do referencial que escolhermos.

Tenho assim, ao longo do meu trajecto de vida, paralelamente ao trabalho científico desenvolvido na área de género e sexualidades, procurado activamente ser agente de mudança para a cidadania plena das pessoas independentemente da sua orientação sexual, identidade de género, étnica/raça, condição económica, estatuto social, idade, nacionalidade e condição de saúde. Essa luta por uma cidadania plena pode ser conseguida quer pelo activismo LGBT como pelo trabalho na e pela academia.

3. CONCLUSÃO

Em suma, este artigo explora as limitações e os conflitos da co-existência entre o activismo e a academia, mas fundamentalmente pretende apresentar as suas potencialidades. Tal como se pretende que sejamos implicados na investigação, também se ambiciona que sejamos comprometidos na e pela sociedade. É, assim, urgente conhecer as realidades e para poder actuar sobre elas. Enquanto cidadãos e cidadãs, é fundamental que sejamos sujeitos e sujeitas implicados/as na mudança do mundo.

REFERÊNCIAS

- Bell, D. & Binnie, J. (2006). Geographies as sexual citizenship. *Political Geography*, 25(8), 869-873.
- Cooper, D. (2006) Active Citizenship and the Governmentality of Local Lesbian and Gay Politics. *Political Geography*, 25 (8), 921-943
- Johnson, C. (2002). Heteronormative Citizenship and the Politics of Passing. *Sexualities*, 5(3), 317-336.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Editora Vozes.
- Moreira, J. J. (2008). *Constituição da República Portuguesa: Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra Editora.
- Nogueira, C. (in press). Introdução à teoria da interseccionalidade nos Estudos de Género. In S. Neves (Org.). *Género e Ciências Sociais*. Maia: Publismai.
- Richardson, D. (2000). Claiming Citizenship? Sexuality, Citizenship and Lesbian/Feminist Theory. *Sexualities*, 3. 255-272.